



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



EDITAL Nº 064/2023 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2023 PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 064/2023

O Município de Aimorés, estado de Minas Gerais, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 18.348.094/0001-50, com sede administrativa à Avenida Raul Soares, nº 310, Centro, através da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, torna público a abertura do Processo Licitatório em epígrafe, adotando – se como:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 007/2023 e demais condições fixadas neste instrumento.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço global por Lote

MODO DE DISPUTA: Aberto

PROCEDIMENTO AUXILIAR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Não

FASE DE HABILITAÇÃO ANTECEDE AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO: Não

A realização da sessão pública eletrônica ocorrerá da seguinte forma:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 17/04/2024

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 08h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: www.licitardigital.com.br

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília

Observações:

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



1 - OBJETO

1.2. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos para instalação de torres com sistemas de repetidor de sinal de telefonia celular, com o fornecimento de peças equipamentos e instalação, para atender os Distritos de São José do Limoeiro e São João do Capim (Repetidor de sinal - antena painel - antena parabólica - iluminador - cabos e conectores - torre - serviço de instalação e manutenção), conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação os Microempreendedores Individuais - MEI, as Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, do ramo pertinente ao objeto licitado que atendam todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e se encontrem devidamente cadastradas na plataforma eletrônica **LICITAR DIGITAL**.

2.1.1. O cadastro na plataforma eletrônica poderá ser realizado através do endereço www.licitardigital.com.br

2.2. Não poderão participar da licitação:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VII - Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



2.2.1. O impedimento de que trata o inciso III será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3- DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06, está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.

3.1.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos.

3.1.2. Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

3.1.3. Ao firmar a declaração constante na plataforma para o enquadramento para obtenção dos benefícios em questão, o licitante declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas no item 3.1 independentemente de transcrição.

3.2. Conforme Art. 18-E § 3º da Lei Complementar nº 123/06, o Microempreendedor Individual-MEI é uma modalidade de Microempresa - ME.

4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.

4.1.1. Para realizar o cadastro de sua proposta, o licitante deverá apenas inserir o manual do(s) equipamento(s) proposto(s) no campo do sistema.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



4.1.2. Após o julgamento o licitante vencedor será convocado pelo Pregoeiro para apresentar seus documentos de habilitação.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:

- I-** Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- II-** Que atende os requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
- III-** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- IV-** Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
- V-** Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, conforme art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21;
- VI-** Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
- VII-** Para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- VIII-** Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/06, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto portando, a exercer o direito de preferência.

4.3.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3.2. Ao firmar a declaração constante no item VIII, o licitante declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas no item 3.1 independentemente de transcrição.

4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

I- Valor Unitário e Total;

II – Marca/Fabricante e Modelo dos produtos ofertados;

III- Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, as informações adicionais necessárias.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio chat para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário**.

6.6.1. O intervalo mínimo de lances corresponde a **R\$ 1,00 (um real)**.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último **por ele** ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá solicitar a exclusão do lance no momento da disputa, na hipótese de lances apresentados de forma inconsistente ou inexequível, cabendo ao Pregoeiro autorizar a exclusão ou indeferir a solicitação.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O presente certame utilizará o modo de disputa **“aberto”**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição **das demais colocações**.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Caso a presente licitação contenha itens de **AMPLA PARTICIPAÇÃO**, uma vez encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



6.18.1. Nessas condições, as propostas de Microempreendedores Individuais –MEI, Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte – EPP, que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, ou, abaixo do maior desconto percentual, conforme o caso, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes, enquadradas como microempresa ou empresa de pequeno porte, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

- I- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- II- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- III- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- IV- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- I- empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
- II- empresas brasileiras;
- III- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- IV- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7- DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no instrumento convocatório, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) ; e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

71.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- I- conter vícios insanáveis;
- II- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III- apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, será considerado como indício de inexequibilidade as propostas de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- I- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- II- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei, conforme disposto no § 5º do Art. 59.

7.7.4.1. Serão admitidas as garantias nas seguintes modalidades:

I- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

7.8. Erros no preenchimento da proposta ou planilhas não constituem motivo para sua desclassificação. O documento poderá ser ajustado pelo fornecedor, no prazo indicado através do sistema, **desde que não haja majoração do preço.**

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.9.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8- DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. O licitante vencedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema, os seguintes documentos para fins de habilitação:

8.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V - Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI - Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, **podendo ser considera aquela firmada eletronicamente através da plataforma, vide item 4.3.**

8.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

I - Atestado de Qualificação Técnica Profissional Especializada, comprovando que a empresa já executou serviços de Instalação ou Locação de Torre e Manutenção Preventiva e Corretiva, emitida por qualquer órgão público ou privado.

II - Atestado ou autorização emitida pelo fabricante, importador ou revendedor autorizado que a empresa se encontra apta a fazer manutenção no Retransmissor, pelo o prazo mínimo de 12(doze) meses, incluído todo suporte e assistência técnica necessária para o bom funcionamento do objeto licitado.

III - comprovação de que houve a devida homologação da Anatel do equipamento: Retransmissor.

IV- Comprovação da licitante "NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO" Comprovação da licitante de possuir, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente a saber: 01 (um) ENGENHEIRO CIVIL E OU ELETRICISTA E/OU TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CONSELHO REGIONAL/FEDERAL COMPETENTE.; A comprovação poderá ser mediante, carteira de trabalho, livro de registro de trabalho, contrato de prestação de serviços ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



se tratando de representante legal o contrato social já será a comprovação.

V - Comprovação da licitante “NO ATO DA ASSINATURA DO CONTRATO” Certidão de Acervo Técnico – CAT relacionado à Construção de Torre. (Do profissional responsável técnico da empresa) responsável pela Instalação ou Locação de Torre e Manutenção Preventiva e Corretiva.

8.1.5 - DA VISTORIA:

a) A participação na presente licitação pressupõe o pleno conhecimento de todas as condições para execução do objeto constante informações para elaboração da proposta, podendo a licitante, caso entenda necessário, optar pela realização de vistoria nas condições abaixo:

* A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta feira, das 8:00 horas às 12:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail licitacao@aimores.mg.gov.br ou obras@aimores.mg.gov.br.

b) O prazo para vistoria iniciar-se-á no terceiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para apresentação e acolhimento da proposta;

c) Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para o ato.

d) Eventuais dúvidas de natureza técnica decorrentes da realização da vistoria deverão ser encaminhadas à Comissão de Licitação, mediante requerimento antes da data fixada para a sessão pública.

e) Ou na impossibilidade da licitante realizar a visita técnica, esta deverá apresentar a Declaração de Abstenção de Visita Técnica, assumindo todos os riscos inerentes à obra/serviços. Conforme anexo IV.

f) A não realização de vistoria não poderá ser alegada como fundamento para o inadimplemento total ou parcial de obrigações previstas em quaisquer documentos integrantes do instrumento convocatório.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.

8.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/21).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.7. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

II- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente instrumento convocatório.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



9- DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- I- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

I- advertência;

II- multa;

III- impedimento de licitar e contratar e

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

10.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- a natureza e a gravidade da infração cometida.

II- as peculiaridades do caso concreto

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes

IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública

V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 10.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 10.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

10.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 10.2., será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1. deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

10.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 10.3.

10.6. A sanção prevista no inciso III do item 10.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

10.7. A sanção prevista no inciso IV do item 10.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 10.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.13. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.

10.13.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

10.14. Além das sanções previstas no item 10.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

10.14.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

- I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
- II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá convertê-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

10.14.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através dos seguintes meios: www.licitardigital.com.br ou licitacao@aimores.mg.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.9. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

12.11. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.12. O licitante vencedor deverá assinar os contratos ou os instrumentos equivalentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

12.12.1. O documento será encaminhado para o e-mail indicado pelo licitante vencedor em seu cadastro e não será aceita em nenhuma hipótese, a alegação de não visualização do e-mail encaminhado.

13 - DO REAJUSTE

13.1. Os preços contratados são fixos e irrevogáveis.

14- DOS ANEXOS

14.1. São partes integrantes deste instrumento:

ANEXO I - Termo de Referência;
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II – Minuta Contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



ANEXO III – Declaração de Vistoria

ANEXO IV - Declaração de Vistoria – Pleno Direito

15- DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Aimorés / MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aimorés/MG, 03 de abril de 2024.

WALTER DIMAS TEIXEIRA JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2023 PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 064/2023

TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos para instalação de torres com sistemas de repetidor de sinal de telefonia celular, com o fornecimento de peças equipamentos e instalação, para atender os Distritos de São José do Limoeiro e São João do Capim (Repetidor de sinal - antena painel - antena parabólica - iluminador - cabos e conectores - torre - serviço de instalação e manutenção), conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

1.2. Para o procedimento em questão optou-se pela contratação com o orçamento estimado de caráter sigiloso, nos termos do Artigo 24 da Lei Federal nº 14.133/21. Segue planilha com as especificações detalhadas e quantitativos pretendidos para este procedimento:

PLANILHA DE ORÇAMENTO - COTAÇÃO				
LOTE I	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
OBRA 01: INSTALAÇÃO DE TORRE REPETIDORA DE SINAL DE TELEFONE - ENDEREÇO: SÃO JOSÉ DO LIMOEIRO - AIMORÉS - MG				
1	INSTALAÇÕES INICIAIS	TOTAL DO ITEM		R\$
1.1	POSTES EUCALIPTOS TRATADO 4 METROS PARA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	8,00		
1.2	CABO ALUMINIO DUPLEX 10MM	300,00		
1.3	KIT FIXAÇÃO CABO NOS POSTES PARA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	8,00		
1.4	MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, DIARIAS E PERNOITES, ALIMENTAÇÃO	6,00		
1.5	HASTE DE ATERRAMENTO, CABO DE COBRE NÚ 16MM, DISJUNTORES, DPS	8,00		
1.6	PROTEÇÃO, CONECTORES PERFURANTE, , CABO FLEXIVEL 2,5MM E 16MM			
1.6	MATERIAL CONSTRUÇÃO, AREIA, BRITA, CIMENTO, FERRAGEM	8,00		
2	MOTAGEM DA ESTRUTURA -	TOTAL DO ITEM		R\$
2.1	TORRE TUBULAR TELESCÓPIA GALVANIZADA ESTAIADA 18 METROS - RECEPÇÃO SINAL	18,00		
2.2	TORRE TRIANGULAR GALVANIZADA A FOGO, PINTADA, ESTAIADA 15M, 350X350X350 MM - TRANSMISSÃO/REPETIDOR/AMPLIFICADOR	12,00		
3	INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	TOTAL DO ITEM		R\$
3.1	REPETIDOR/APLIFICADOR CELULAR 850 MHZ 85 dB - 3.000 mW (marcas sugeridas: Aquário – BIT Electronics – Intelbras, conforme justificado no item 4 , dete termo de referência)	1,00		
3.2	ANTENA YAGI DIRECIONAL 850/900 MHZ 19 DBI (marca ntena Yagi 19 Dbi 850 Mhz - marca JFA Antenas conforme justificado no item 4 , dete termo de referência)	4,00		
3.3	DIVISOR DE ALTA POTENCIA UMA ENTRADA E DUAS SAIDAS	1,00		



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



3.4	CABO COAXIAL ALTA PERFORMANCE RGC 213 RGFLEX 50 OHMS (METRO)	25,00		
3.5	MICROVENTILADOR DE ROLAMENTO PARA REFRIGERAÇÃO 120X120X38MM	2,00		
3.6	RACK OUTDOOR CHAPA AÇO CARBONO 0,90 MM GALVANIZADA PROTEÇÃO IP 43 22CMX46CMX50CM COM SUPORTE PARA TORRE	1,00		
3.7	NOBREAK 700VA COM CONEXÃO DE BATERIA EXTERNA	1,00		
3.7	CONECTOR N MACHO	6,00		
VALOR TOTAL DA OBRA				R\$

PLANILHA DE ORÇAMENTO - COTAÇÃO				
LOTE II	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
OBRA 02: INSTALAÇÃO DE TORRE REPETIDORA DE SINAL DE TELEFONE - ENDEREÇO: SÃO JOÃO DO CAPIM - AIMORÉS - MG				
1	INSTALAÇÕES INICIAIS	TOTAL DO ITEM		#####
15	POSTES EUCALIPTOS TRATADO 4 METROS PARA ALIMENTAÇÃO ELETRICA	15,00		
16	CABO ALUMINIO DUPLEX 10MM	500,00		
17	KIT FIXAÇÃO CABO NOS POSTES PARA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	15,00		
18	MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, DIARIAS E PERNOITES, ALIMENTAÇÃO	6,00		
19	HASTE DE ATERRAMENTO, CABO DE COBRE NÚ 16MM, DISJUNTORES, DPS PROTEÇÃO,	10,00		
20	CONECTORES PERFURANTE, , CABO FLEXIVEL 2,5MM E 16MM MATERIAL CONSTRUÇÃO, AREIA, BRITA, CIMENTO, FERRAGEM	10,00		
2	MOTAGEM DA ESTRUTURA	TOTAL DO ITEM		R\$
13	TORRE TUBULAR TELESCÓPIA GALVANIZADA ESTAIADA 15 METROS - RECEPÇÃO SINAL	15,00		
14	TORRE TRIANGULAR GALVANIZADA A FOGO, PINTADA, ESTAIADA 12 METROS 350X350X350 MM - TRANSMISSÃO/REPETIDOR/AMPLIFICADOR	12,00		
3	INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	TOTAL DO ITEM		R\$
01	REPETIDOR/APLIFICADOR CELULAR 850 MHz 85 dB - 3.000 mW (marcas sugeridas: Aquário - BIT Electronics - Intelbras, conforme justificado no item 4, dete termo de referência)	1,00		
02	ANTENA YAGI DIRECIONAL 850/900 MHZ 19 DBI (marca ntena Yagi 19 Dbi 850 Mhz - marca JFA Antenas conforme justificado no item 4, dete termo de referência)	1,00		
03	JUMPER ANTENA PAINEL SETORIAL	1,00		
04	CABO PIGTAIL	1,00		
05	CABO COAXIAL ALTA PERFORMANCE RGC 213 RGFLEX 50 OHMS (METRO) (marca RGC-213 KMP - MARCA RFS, , conforme justificado no item 4, dete termo de referência)	25,00		
06	ADAPTADOR N RETO DUPLA FEMEA	1,00		
07	CONECTOR N MACHO	2,00		
08	ANTENA PAINEL DIRECIONAL OUTDOOR 694-960/1710-2690MHZ - AxLxP -(marca Antena Yagi 19 Dbi 850 Mhz - marca JFA Antenas, conforme justificado no item 4, dete termo de referência)	1,00		

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO						
			VALOR TOTAL DAS OBRAS		R\$	
OBRA 01: INSTALAÇÃO DE TORRE REPETIDORA DE SINAL DE TELEFONE - ENDEREÇO: SÃO JOSÉ DO LIMOEIRO - AIMORÉS - MG						
OBRA 02: INSTALAÇÃO DE TORRE REPETIDORA DE SINAL DE TELEFONE - ENDEREÇO: SÃO JOÃO DO CAPIM - AIMORÉS - MG						
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 90 (NOVENTA) DIAS A PARTIR DA EMISSÃO DA ORDEM DE INÍCIO						
ITEM	ETAPAS/DESCRIÇÃO	FÍSICO/ FINANCEIRO	ETAPAS	MÊS 01	MÊS 02	MÊS 03
1	INSTALAÇÕES INICIAIS	Físico %	18,77%	100,00%		
		Financeiro	xxx	xxx	-	-
2	MOTAGEM DA ESTRUTURA	Físico %	45,85%		100,00 %	
		Financeiro	xxx	-	xx	
3	INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	Físico %	35,38%			100,00%
		Financeiro	xxx	-		xxx
TOTAL		Físico %	100,00%	18,77%	45,85 %	35,38%
		Financeiro	xxx	xx	xx	xx
Observações:						



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



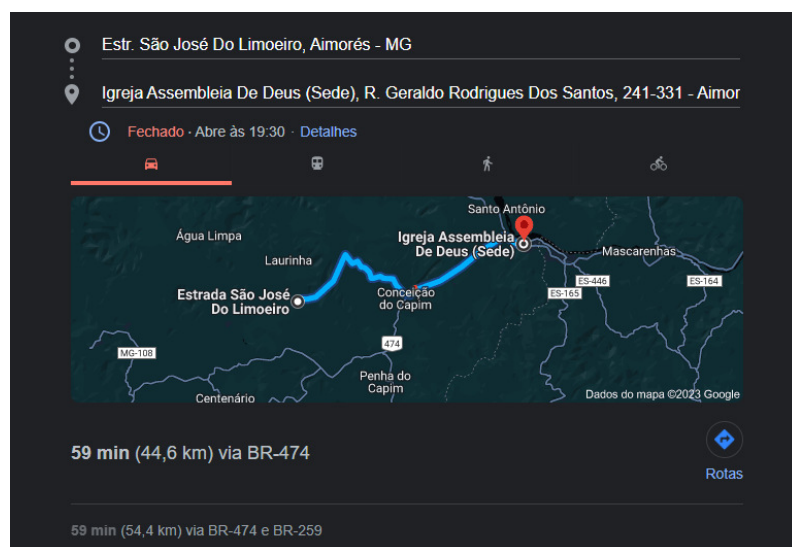
2.2. O contrato não poderá ser prorrogado.

3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. É de extrema necessidade e importância a instalação de torre de telefonia para população uma vez que sinal de telefone juntamente com internet faz parte do cotidiano de toda população, sendo indispensável a contratação dos serviços, estando essas comunidades distantes da sede do município, vejamos:

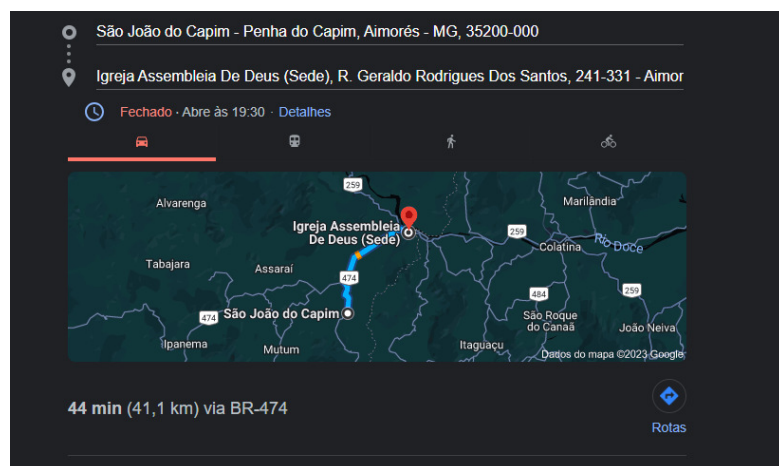
SÃO JOSÉ DO LIMOEIRO - AIMORÉS - MG

19°34'15.8"S 41°22'30.1"W



SÃO JOÃO DO CAPIM - AIMORÉS - MG -

19°43'07.3"S 41°14'46.4"W





PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



3.3. - A tecnologia e conectividade foram desenvolvidas para alcançar não somente os grandes centros urbanos, mas também **as cidades mais afastadas** que precisam se manter por dentro das atualidades, seja para educação, trabalho ou lazer.

Portanto temo a destacar, que grande dificuldade de encontrar sinal de telefone e conexão à [internet nas áreas rurais](#) sempre foi obstáculo que causou transtornos. Porém, com o avanço tecnológico, esse problema está ficando para trás, pois existem recursos para levar até o sinal até os locais mais remotos. Com isso estaremos resolvendo um problema de acesso destes moradores e visitantes, proporcionando o acesso não só a comunicação via telefonia, mas trazendo conexão a rede mundial de internet.

3.4. Verificou-se então que, a melhor solução para aquisição seria a realização de um procedimento licitatório, através do sistema de registro de preços, tendo em vista a necessidade de contratações permanentes e frequentes, bem como a imprevisibilidade de aquisição dos itens sendo eles de caráter temporário ou sazonal. De acordo com a pesquisa de preços e o objeto a ser licitado, foi identificado que poderão participar desta licitação as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP do ramo pertinente ao objeto licitado.

3.5. O regulamento determina que as licitações para registro de preços podem ser realizadas nas modalidades concorrência e pregão. Como o objeto se enquadra em objeto de natureza comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais no mercado, poderá ser usado a modalidade de PREGÃO, nos termos da NLLCA n.º 14.133/21.

3.6. Vale lembrar que a opção pela adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), para esta licitação, deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resultará em vantagens para Administração, descomplicando procedimentos para contratação de serviços, reduzindo a quantidade de licitações, propiciando e facilitando um maior número de ofertantes, inclusive a participação das pequenas e médias empresas, enxugando os gastos do erário, por registrar preços e disponibilizá-los por 12 meses, para quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos, entre outras vantagens.

3.7. O Registro de Preços mostra-se essencial, pois, por limitações orçamentárias, a contratação pode não se dar de forma imediata, sendo necessário o aguardo da disponibilidade orçamentária para a efetivação da contratação de todos os itens. Daí a necessidade de que o processo seja realizado como sistema de registro de preços, mantendo-se o preço registrado para que a unidade possa efetuar sua contratação, de acordo com a demanda, aplicando-se justamente o fim a que se destina esse sistema, ou seja, atender eventuais contratações, as quais não são passíveis de mensurar pontualmente naquele momento, embora se saiba, de pronto, que a contratação será necessária em espaço de tempo, que abrange a vigência da ata, que será de 12 meses, podendo ampliar o número de contratados até o limite do registrado, tornando mais eficiente, eficaz e econômico o procedimento, racionalizando a força de trabalho, bem como os dispêndios em um curto espaço de tempo, sem ter que fazer outro pregão para o mesmo fim, no âmbito do órgão.

3.8. Além disso, as Atas de Registro de Preços também podem ser compartilhadas entre diferentes órgãos públicos, o que diminui os custos com as compras públicas, ao mesmo tempo que aumenta as chances de empresários fornecerem para esta municipalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



3.9. SRP, segundo MARÇAL JUSTEN FILHO, “apresenta diversas virtudes, propiciando a redução de formalidades e a obtenção de ganhos econômicos para a Administração Pública”. Portanto, a adoção do Sistema de Registro de Preços constitui-se em verdadeira obrigação para o gestor, devendo apresentar justificativa em caso de não adoção.

3.10. No caso em tela, considerando que a contratação atende os requisitos previstos na NLLCA n.º 14.133/21, enquadrando-se na hipótese prevista no art. 82.

3.11. Diante de todo o exposto, a contratação deverá ser realizada por meio de licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, utilizando-se o Sistema de Registro de Preço, haja vista tratar-se de contratação de serviços comuns e que permite a flexibilização do quantitativo a ser contratado, uma vez que o SRP é o conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Em conformidade com o Inciso “d” do Art. 41 da Lei Federal nº 14.133/21 optou-se pela indicação de marcas como PARÂMETRO DE QUALIDADE tendo em vista a impossibilidade de descrever o objeto de forma objetiva, sem que isso resultasse em um eventual direcionamento ou restrição de competitividade, tendo em vista critérios, especificações e dimensões exclusivas de um ou outro fabricante que não interferem na obtenção de uma proposta vantajosa.

4.2. As marcas definidas como PARÂMETRO DE QUALIDADE são meramente orientativas. Os licitantes poderão propor produtos de fabricantes distintos, desde que, atendam as especificações estabelecidas neste termo e os padrões de qualidade, assistência técnica, disponibilidade de reposição de peças para manutenção corretiva e preventiva das marcas indicadas como referência.

4.2.1. Na hipótese de apresentação de propostas com marcas distintas daquelas estabelecidas como PARAMETRO DE QUALIDADE, os produtos serão submetidos a análise técnica de uma comissão nomeada pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos, que poderá contar com auxílio de terceiros isentos de interesses no respectivo procedimento licitatório.

4.2.2. A análise inicial será realizada com base nos manuais de instrução anexados na plataforma eletrônica e, caso julgue necessário, a comissão poderá convocar o licitante para apresentação do produto de forma virtual ou física.

4.2.3. Todos os procedimentos de análise dos produtos serão públicos e com acesso livre para todos os interessados.

4.3. O produto deverá contar com a garantia do fabricante no prazo estabelecido no manual de instruções, em conformidade com as práticas adotadas pelo mercado.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O produto deverá ser entregue devidamente montado e instalado, por profissional devidamente capacitado contratado pelo licitante vencedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



5.1.1. Após a instalação o licitante vencedor deverá realizar uma breve apresentação do produto ao profissional indicado pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos acerca de suas funcionalidades e modos de operação.

5.1.2. Todos os demais encargos e custos decorrentes da contratação correrão cargo do licitante vencedor, tais como transporte, hospedagem, tributos, equipe técnica para montagem, dentre outros.

5.2. Os itens deverão ser entregues e instalados nas condições estabelecidas no item 5.1, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, conforme cronograma de execução, contados da emissão de Ordem de Fornecimento encaminhada pelo setor de compras do Município de Aimorés MG, acompanhado da Nota Fiscal correspondente.

5.2.1. Após a entrega os itens estarão sujeitos a aceitação e ao recebimento provisório e definitivo, através do fiscal e gestor do contrato respectivamente.

5.2.2. Somente o Fiscal do Contrato, Sr. André Luiz Fernandes Bandeira poderá realizar o recebimento dos equipamentos, ressalvados os casos de indicação formal de fiscal de contrato substituto.

5.3. Os equipamentos deverão ser instalados conforme definidos neste termo de referência, nas localidades definidas no objeto do edital, em conformidade com a proposta apresentada. – MG.

5.3.1. O horário de funcionamento para o recebimento dos produtos é de 07h00 às 13h00min.

5.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

5.5. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

5.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá ao Fiscal do contrato, o Sr. André Luiz Fernandes Bandeira:

I - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;

II - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;

III - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

IV - auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;

V - anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



- VI - emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- VII - rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
- VIII - comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;

6.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:

- I - atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
- II - entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
- III - execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
- IV - descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
- V - subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
- VI - alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
- VII - quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

6.2. Caberá ao Gestor do Contrato, Sr. Walter Dimas Teixeira Júnior:

- I - analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
- III - criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
- IV - analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
- VI - decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
- VII - solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;
- VIII - alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
- IX - realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

6.3. Caso o contrato decorrente deste procedimento seja substituído por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do Art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, as atribuições do gestor e fiscal de contrato serão mantidas, além da permanência integral das obrigações e condições estabelecidas na minuta contratual constante no anexo do edital e de todas as especificações e condições descritas neste termo.

7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento, conforme cronograma físico e financeiro.

7.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, conforme cronograma físico e financeiro, acima mencionado.

7.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.

7.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

7.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

7.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;

II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;

III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.

IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS

8.1. O fornecedor ou prestador de serviços será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE**, observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 362 - 24.722.0025.2074 - 3.3.90.39.00 - Manutenção Torre TV

Ficha: 363 - 24.722.0025.2074 - 4.4.90.52.00 - Equipamento e Material Permanente

WALTER DIMAS TEIXEIRA JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2023 PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 064/2023

APÊNDICE DO ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- OBJETO

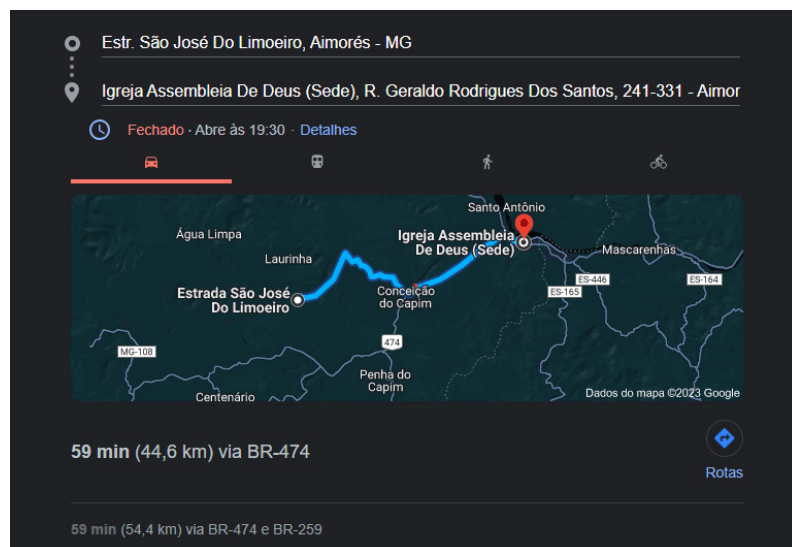
1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos para instalação de torres com sistemas de repetidor de sinal de telefonia celular, com o fornecimento de peças equipamentos e instalação, para atender os Distritos de São José do Limoeiro e São João do Capim (Repetidor de sinal - antena painel - antena parabólica - iluminador - cabos e conectores - torre - serviço de instalação e manutenção), conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E SOLUÇÃO ENCONTRADA

2.1. É de extrema necessidade e importância a instalação de torre de telefonia para população uma vez que sinal de telefone juntamente com internet faz parte do cotidiano de toda população, sendo indispensável a contratação dos serviços, estando essas comunidades distantes da sede do município, vejamos:

SÃO JOSÉ DO LIMOEIRO - AIMORÉS - MG

19°34'15.8"S 41°22'30.1"W





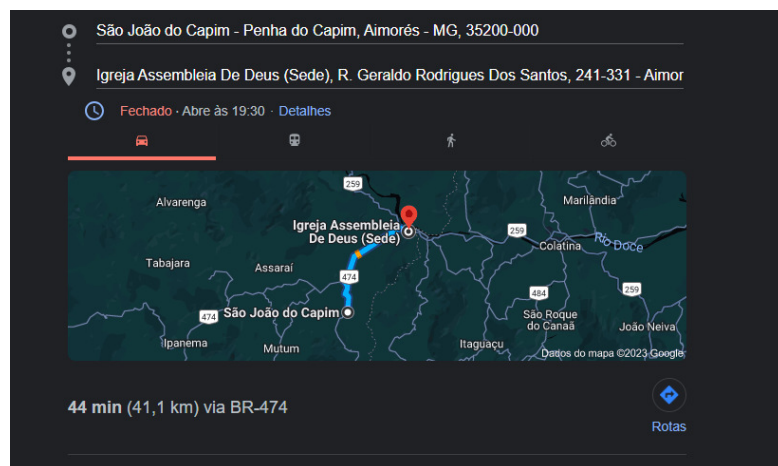
PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



SÃO JOÃO DO CAPIM - AIMORÉS - MG -

19°43'07.3"S 41°14'46.4"W



2.2. - A tecnologia e conectividade foram desenvolvidas para alcançar não somente os grandes centros urbanos, mas também **as cidades mais afastadas** que precisam se manter por dentro das atualidades, seja para educação, trabalho ou lazer.

Portanto temo a destacar, que grande dificuldade de encontrar sinal de telefone e conexão à [internet nas áreas rurais](#) sempre foi obstáculo que causou transtornos. Porém, com o avanço tecnológico, esse problema está ficando para trás, pois existem recursos para levar até o sinal até os locais mais remotos. Com isso estaremos resolvendo um problema de acesso destes moradores e visitantes, proporcionando o acesso não só a comunicação via telefonia, mas trazendo conexão a rede mundial de internet.

2.3. A escolha das comunidades foram pelo o motivo que os demais distritos desta municipalidade já possuem acesso ao sistema de telefonia celular, e só faltava essa duas localidadea sendo o Distrito de São José do Limoeiro e a Comunidade rural São João do Capim. Comunidades estratégica para o município, pois residem várias pessoas, que necessitam de acesso a telefonia e internet.

2.6. Após a escolha dos equipamentos, procedeu-se a uma breve pesquisa de mercado para verificar se a disponibilidade dos recursos oriundos do orçamento seria suficiente para realizar o investimento. Após a conclusão positiva, realizou o prosseguimento do estudo em questão.

3- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

3.1. Após encontrar a melhor forma para investir os recursos, foi realizada pesquisa de mercado para obtenção das características dos equipamentos a serem contratados, de modo a verificar qual especificação seria a mais adequada para o atendimento da demanda em questão, considerando todo o ciclo de vida do equipamento, sua durabilidade, disponibilidade de assistência técnica e peças de reposição, padrões de



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



qualidade e demais condições necessárias. Além da pesquisa de mercado foram realizadas diligências com profissionais que utilizam os equipamentos em questão de diversas marcas, com o intuito de avaliar as especificações de forma isenta, bem como obter uma opinião prática de profissionais independentes que utilizam os produtos no dia-a-dia.

3.2. Ao consultar o setor técnico responsável, visando não gerar um direcionamento irregular para determinadas marcas específicas e buscar o maior número de fornecedores competitivos e capazes de atender as exigências do instrumento convocatório, optou-se pela indicação das marcas como parâmetro de qualidade, com fulcro no inciso “d” do Art. 41 da Lei Federal nº 14.133/21.

3.3. As marcas que não estiverem indicadas na especificação do objeto poderão ser propostas por licitantes normalmente, porém, deverão ser submetidas a uma análise técnica objetiva de comparação com as marcas indicadas.

3.3.1. Serão utilizados os parâmetros: padrão de qualidade, material utilizado, disponibilidade de assistência técnica, funções, tecnologia empregada, mobilidade, disponibilidade de peças de reposição para manutenção corretiva e preventiva, durabilidade e prazo de garantia para verificação da conformidade dos equipamentos.

3.3.2. É importante solicitar que os fornecedores encaminhem os manuais de instrução dos equipamentos para verificação inicial da qualidade dos produtos ofertados.

3.3.3 Caso o manual não seja suficiente se faz necessária uma convocação para apresentação do equipamento pelo licitante proponente, que poderá ser de forma virtual ou presencial, afim de sanar quaisquer dúvidas acerca da qualidade do equipamento ofertado.

3.3.4. Visando a segurança dos usuários e até a garantia de funcionalidade do sistema, na execução dos serviços, é indispensável que o equipamento tenha registro regular na Agência Nacional de Telecomunicações.

3.4. Tendo em vista a falta de profissional capacitado para devida instalação dos equipamentos, buscou-se a solução mais adequada para que a garantia do produto seja preservada e que o mesmo seja devidamente instalado em sua plena capacidade operacional, portanto, se faz necessária a exigência de que o licitante vencedor entregue o equipamento devidamente instalado e faça uma apresentação de suas funcionalidades aos profissionais responsáveis.

3.5. Tendo em vista que existem diversos prazos de garantias distintos a depender do fabricante e afim de evitar um direcionamento ou restrição de competitividade, não será exigido prazo específico para garantia dos equipamentos, sendo assim, o produto deverá contar com a garantia do fabricante no prazo estabelecido no manual de instruções, em conformidade com as práticas adotadas pelo mercado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



3.6. Após a análise e o detalhamento descrito anteriormente chegou-se à conclusão que a melhor descrição dos equipamentos para atender as necessidades da secretaria será a seguinte:

PLANILHA DE ORÇAMENTO - COTAÇÃO				
LOTE I	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
OBRA 01: INSTALAÇÃO DE TORRE REPETIDORA DE SINAL DE TELEFONE - ENDEREÇO: SÃO JOSÉ DO LIMOEIRO - AIMORÉS - MG				
1	INSTALAÇÕES INICIAIS	TOTAL DO ITEM		R\$
1.1	POSTES EUCALIPTOS TRATADO 4 METROS PARA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	8,00		
1.2	CABO ALUMÍNIO DUPLEX 10MM	300,00		
1.3	KIT FIXAÇÃO CABO NOS POSTES PARA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	8,00		
1.4	MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, DIARIAS E PERNOITES, ALIMENTAÇÃO	6,00		
1.5	HASTE DE ATERRAMENTO, CABO DE COBRE NÚ 16MM, DISJUNTORES, DPS PROTEÇÃO, CONECTORES PERFURANTE, , CABO FLEXÍVEL 2,5MM E 16MM	8,00		
1.6	MATERIAL CONSTRUÇÃO, AREIA, BRITA, CIMENTO, FERRAGEM	8,00		
2	MONTAGEM DA ESTRUTURA -	TOTAL DO ITEM		R\$
2.1	TORRE TUBULAR TELESCÓPIA GALVANIZADA ESTAIADA 18 METROS - RECEPÇÃO SINAL	18,00		
2.2	TORRE TRIANGULAR GALVANIZADA A FOGO, PINTADA, ESTAIADA 15M, 350X350X350 MM - TRANSMISSÃO/REPETIDOR/AMPLIFICADOR	12,00		
3	INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE COMUNICAÇÃO	TOTAL DO ITEM		R\$
3.1	REPETIDOR/APLIFICADOR CELULAR 850 MHz 85 dB - 3.000 mW (marcas sugeridas: Aquário – BIT Electronics – Intelbras, conforme justificado no item 4, de termo de referência)	1,00		
3.2	ANTENA YAGI DIRECIONAL 850/900 MHZ 19 DBI (marca ntena Yagi 19 Dbi 850 Mhz - marca JFA Antenas conforme justificado no item 4, de termo de referência)	4,00		
3.3	DIVISOR DE ALTA POTENCIA UMA ENTRADA E DUAS SAIDAS	1,00		
3.4	CABO COAXIAL ALTA PERFORMANCE RGC 213 RGFLEX 50 OHMS (METRO)	25,00		
3.5	MICROVENTILADOR DE ROLAMENTO PARA REFRIGERAÇÃO 120X120X38MM	2,00		
3.6	RACK OUTDOOR CHAPA AÇO CARBONO 0,90 MM GALVANIZADA PROTEÇÃO IP 43 22CMX46CMX50CM COM SUPORTE PARA TORRE	1,00		
3.7	NOBREAK 700VA COM CONEXÃO DE BATERIA EXTERNA	1,00		
3.7	CONECTOR N MACHO	6,00		
VALOR TOTAL DA OBRA				R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



PLANILHA DE ORÇAMENTO - COTAÇÃO				
LOTE II	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
OBRA 02: INSTALAÇÃO DE TORRE REPETIDORA DE SINAL DE TELEFONE - ENDEREÇO: SÃO JOÃO DO CAPIM - AIMORÉS - MG				
1	INSTALAÇÕES INICIAIS	TOTAL DO ITEM		#####
15	POSTES EUCALIPTOS TRATADO 4 METROS PARA ALIMENTAÇÃO ELETRICA	15,00		
16	CABO ALUMINIO DUPLEX 10MM	500,00		
17	KIT FIXAÇÃO CABO NOS POSTES PARA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA	15,00		
18	MONTAGEM DOS EQUIPAMENTOS, DIARIAS E PERNOITES, ALIMENTAÇÃO	6,00		
19	HASTE DE ATERRAMENTO, CABO DE COBRE NÚ 16MM, DISJUNTORES, DPS PROTEÇÃO, CONECTORES PERFURANTE, , CABO FLEXIVEL 2,5MM E 16MM	10,00		
20	MATERIAL CONSTRUÇÃO, AREIA, BRITA, CIMENTO, FERRAGEM	10,00		
2	MOTAGEM DA ESTRUTURA	TOTAL DO ITEM		R\$
13	TORRE TUBULAR TELESCÓPIA GALVANIZADA ESTAIADA 15 METROS - RECEPÇÃO SINAL	15,00		
14	TORRE TRIANGULAR GALVANIZADA A FOGO, PINTADA, ESTAIADA 12 METROS 350X350X350 MM - TRANSMISSÃO/REPETIDOR/AMPLIFICADOR	12,00		
3	INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE COMUNIAÇÃO	TOTAL DO ITEM		R\$
01	REPETIDOR/APLIFICADOR CELULAR 850 MHz 85 dB - 3.000 mW (marcas sugeridas: Aquário – BIT Electronics – Intelbras, conforme justificado no item 4, dete termo de referência)	1,00		
02	ANTENA YAGI DIRECIONAL 850/900 MHZ 19 DBI (marca ntena Yagi 19 Dbi 850 Mhz - marca JFA Antenas conforme justificado no item 4, dete termo de referência)	1,00		
03	JUMPER ANTENA PAINEL SETORIAL	1,00		
04	CABO PIGTAIL	1,00		
05	CABO COAXIAL ALTA PERFORMANCE RGC 213 RGFLEX 50 OHMS (METRO) (marca RGC-213 KMP - MARCA RFS, , conforme justificado no item 4, dete termo de referência)	25,00		
06	ADAPTADOR N RETO DUPLA FEMEA	1,00		
07	CONECTOR N MACHO	2,00		
08	ANTENA PAINEL DIRECIONAL OUTDOOR 694-960/1710-2690MHZ - AxLxP -(marca Antena Yagi 19 Dbi 850 Mhz - marca JFA Antenas, conforme justificado no item 4, dete termo de referência)	1,00		
09	SUORTE PARA ANTENA SETORIAL DIRECIONAL OUTDOOR	1,00		
10	MICROVENTILADOR DE ROLAMENTO PARA REFRIGERAÇÃO 120X120X38MM BIVOLT	2,00		
11	RACK OUTDOOR CHAPA AÇO CARBONO 0,90 MM GALVANIZADA PROTEÇÃO IP 43 22CMX46CMX50CM COM SUPORTE PARA TORRE	1,00		
12	NOBREAK 700VA COM CONEXÃO DE BATERIA EXTERNA	1,00		
VALOR TOTAL DA OBRA				R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



4- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

4.1. O quantitativo determinado foi definido, tendo em vista a disponibilidade de recursos financeiros, acompanhado da verificação da melhor forma de se atingir os objetivos estabelecidos pela secretaria.

5- VALOR ESTIMADO

5.1. O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o Art. 23 da Lei Federal 14.133/21 e o Decreto Municipal 007/2023.

5.2. Foram utilizados para obtenção dos valores os seguintes parâmetros: Preços praticados por empresas do ramo pertinente, se justifica pois trata-se de um objeto complexo e difícil de majoração, devido vários fatores, como logística – dimensão- instalação, etc. Por isso os orçamentos foram obtidos diretamente dos fornecedores dos ramos, mediante solicitação de orçamentos via e-mail e publicação no site desta municipalidade.

5.2.1. Todo detalhamento consta em anexo classificado nos autos do procedimento licitatório, contendo as fontes e os memoriais de cálculo empregados na pesquisa.

5.3. Para esta licitação, a Administração optou por preservar o sigilo dos valores obtidos na pesquisa de mercado, visando fomentar a disputa na fase de lances, com a expectativa que resulte em uma proposta mais vantajosa do objeto.

6- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

6.1. Em observância ao princípio do parcelamento, optou-se pela realização divisão do objeto em lotes distintos, para fomentar a disputa e alcançar o maior número de fornecedores interessados na participação do certame, haja vista que os objetos não possuem interdependência entre si que inviabilizem a execução por licitantes distintos.

7- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

7.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

8- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



8.1. Para o perfeito cumprimento deste objeto não se faz necessária a contratação de objetos correlatos ou interdependentes de natureza distinta ou que não estejam previstos nas especificações constantes deste instrumento.

9- CONCLUSÃO

9.1. Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.

Aimorés/MG, 27 de outubro de 2023.

WALTER DIMAS TEIXEIRA JÚNIOR
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 124/2023 PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 064/2023

MINUTA CONTRATUAL

ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0XX/2023 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE AIMORÉS/MG E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

O **MUNICÍPIO DE AIMORÉS/MG**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº 18.348.094/0001-50-, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Sr Marcelo Marques, portador da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada á xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o Processo Licitatório nº 124/2023, Pregão na Forma Eletrônica nº 064/2023, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições pactuadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa para o fornecimento de equipamentos para instalação de torres com sistemas de repetidor de sinal de telefonia celular, com o fornecimento de peças equipamentos e instalação, para atender os Distritos de São José do Limoeiro e São João do Capim, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

1.2. O objeto da contratação deverá seguir as especificações, quantitativos e valores delimitados através da planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4.						
5.						
6.						
VALOR GLOBAL						

1.3. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos: o Termo de Referência, o Edital da Licitação e seus Anexos, a Proposta Comercial do Contratado e demais



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



documentos apresentados durante a sessão pública, constantes nos autos do procedimento licitatório.

1.4. O presente instrumento perfaz um valor global de R\$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento constante na planilha do item 1.2.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 90 (noventa) dias, contados da data de assinatura do contrato.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. O produto deverá ser entregue devidamente montado e instalado, por profissional devidamente capacitado contratado pelo licitante vencedor.

3.1.1. Após a instalação o licitante vencedor deverá realizar uma breve apresentação do produto ao profissional indicado pela Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos acerca de suas funcionalidades e modos de operação.

3.1.2. Todos os demais encargos e custos decorrentes da contratação correrão cargo do licitante vencedor, tais como transporte, hospedagem, tributos, equipe técnica para montagem, dentre outros.

3.2. Os itens deverão ser entregues e instalados nas condições estabelecidas no item 5.1, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados da emissão de Ordem de Fornecimento encaminhada pelo setor de compras do Município de AimorésMG, acompanhado da Nota Fiscal correspondente.

3.2.1. Após a entrega os itens estarão sujeitos a aceitação e ao recebimento provisório e definitivo, através do fiscal e gestor do contrato respectivamente.

3.2.2. Somente a Fiscal do Contrato, Sr. André Luiz Fernandes Bandeira poderá realizar o recebimento dos equipamentos, ressalvados os casos de indicação formal do fiscal de contrato substituto.

3.3. Os equipamentos deverão ser instalados conforme definidos neste termo de referência, nas localidades definidas no objeto do edital, em conformidade com a proposta apresentada. – MG.

3.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



3.5. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

3.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Caberá ao Fiscal do contrato, Sr. André Luiz Fernandes Bandeira:

- I - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
- II - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;
- III - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
- IV - auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;
- V - anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
- VI - emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
- VII - rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
- VIII - comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;

4.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:

- I - atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
- II - entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
- III - execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
- IV - descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
- V - subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
- VI - alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
- VII - quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



4.2. Caberá ao Gestor do Contrato, Sr. -----:

I - analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;

II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;

III - criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;

IV - analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;

V - acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;

VI - decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;

VII - solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;

VIII - alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;

IX - realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Na execução deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o **CONTRATADO** poderá subcontratar parcelas do objeto, desde que, autorizado formalmente pelo **CONTRATANTE**.

5.1.1. Na autorização, caso concedida, o **CONTRATANTE** deverá indicar o limite percentual do objeto ou a parcela que poderá ser subcontratada.

5.1.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontrato, quando cabível, que será avaliada e juntada aos autos do processo licitatório.

5.1.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento, em conformidade com o cronograma físico e financeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



6.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 10 (dez) dias após a liquidação da Nota Fiscal, conforme cronograma físico e financeiro.

6.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.

6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

6.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

6.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:

I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;

II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;

III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.

IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.

V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE**:

I- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

II- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



- III- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- IV- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- V- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- VI- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
- VII- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- VIII - Cientificar o órgão de assessoramento jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- IX- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
- X- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações do **CONTRATADO**

- I- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando;
- II- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- III- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da para a execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- IV- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- V- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- VI- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- VII- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

IX- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

X- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando cabível (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XII- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando cabível (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XIII- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

XV- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XVI- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

XVII- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

XVIII- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XIX - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I- advertência;
- II- multa;
- III- impedimento de licitar e contratar e
- IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

9.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

9.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



9.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

9.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- a natureza e a gravidade da infração cometida.

II- as peculiaridades do caso concreto

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes

IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública

V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 10.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 10.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

9.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 10.2., será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1. deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

9.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 10.3.

9.6. A sanção prevista no inciso III do item 10.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 9.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

9.7. A sanção prevista no inciso IV do item 9.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, X, XI e XII do item 9.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

9.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão.

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.12. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.13. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.

9.13.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

9.14. Além das sanções previstas no item 10.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

9.14.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

- I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
- II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá convertê-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

9.14.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

VIII – atraso injustificado na execução do objeto, após esgotadas as medidas cabíveis estabelecidas no item 9.16.;

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária:

Ficha: 366 – 24.722.0025.2074 – 3.3.90.39.00 – Manutenção Torre TV

Ficha: 369 - 24.722.0025.2074 – 4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais atos normativos pertinentes e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor, além das normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este contrato poderá ser alterado conforme disposições contidas no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. O **CONTRATADO** se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133/21.

13.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

- I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;
- IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Este contrato e os eventuais termos aditivos decorrentes, deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, como condição indispensável para sua eficácia no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de -----/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Aimorés/MG, xx de xxxxxxxx de 2024.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Município de Aimorés/MG-----

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CONTRATANTE

CONTRATADO



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

PROCESSO LICITATÓRIO 124/2023 PREGÃO ELETRÔNICO 064/2023

Declaro, para fins de participação NO PREGÃO ELETRÔNICO 064/2023 que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, sediada na _____, representada pelo Sr. _____, que na presença de servidor designado pelo _____, o profissional acima qualificado vistoriou as áreas onde serão executados os serviços objeto do PREGÃO ELETRÔNICO -----/2023, inteirando-se por completo das condições estipuladas no Edital de Licitação, no Termo de Referência e Cronograma físico e financeiro e nas Especificações Técnicas, marcas, modelos, ferramentas, instalações e das dificuldades que os serviços possam apresentar no futuro.

Local, ____ de _____ de 2024.

Nome legível: _____

Qualificação: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE AIMORÉS

AV. Raul Soares, 310, Centro
CEP: 35.200-000, Estado de Minas Gerais
Telefone: (33) 3267-1932
E-mail: licitacao@aimores.mg.gov.br
CNPJ: 18.348.094/0001-50



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA - PLENO CONHECIMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO 124/2023 PREGÃO ELETRÔNICO 064/2023

Declaro que em ____/____/____, a empresa _____
CNPJ nº _____, sediada no endereço
_____ optou por não realizar vistoria nos locais e
instalações referentes ao objeto do Edital nº _____, e declara estar ciente que não
poderá alegar desconhecimento das condições estipuladas no Edital de Licitação, no
Termo de Referência e Cronograma físico e financeiro e nas Especificações Técnicas,
marcas, modelos, ferramentas, instalações e das dificuldades que os serviços possam
apresentar no futuro.

Local, ____ de _____ de 2024.

Nome legível: _____

Qualificação: _____

Assinatura: _____